

Breves Notas

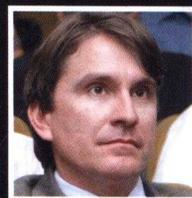
Associação Goiana do Ministério Público / Goiânia, janeiro/fevereiro de 2011 - nº 40



BENEDITO TORRES NETO



ANA CRISTINA PETERNELLA

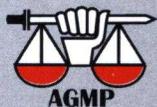


UMBERTO MACHADO

O Ministério Público de Goiás realiza eleição, no próximo dia 18 de fevereiro, para a formação da lista tríplice que será encaminhada ao governador do Estado Marconi Perillo para a nomeação do novo procurador-geral de Justiça do Estado. Três candidatos vão disputar o pleito.



ELEIÇÃO PGJ 2011



Breves Notas Nº 40

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO GOIANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - AGMP

Endereço: Rua T-29, esquina com T-9, nº 1.758 -

Setor Bueno Goiânia-GO - CEP 74.215-050

Telefone: (62) 3285-6660 - Fax (62) 3251-1798

E-mails: agmp@agmp.org.br -

presidencia@agmp.org.br - tesouraria@agmp.org.br -

jornalismo@agmp.org.br - informatica@agmp.org.br

- samp@agmp.org.br - secretaria@agmp.org.br -

diretoria@agmp.org.br

DIRETORIA DA AGMP

Lauro Machado Nogueira

Presidente

Goiamilton Antonio Machado

Vice-Presidente

Mário Henrique Cardoso Caixeta

Secretário-Geral

Leila Maria de Oliveira

Diretor Financeiro

Maria Bernadete Ramos Crispim

Diretora Socio-cultural

Danni Sales Silva

Diretor de Esportes

Anália Rabelo Montes Elias

Diretora de Integração

Simone Disconzi de Sá Campos

Diretora de Comunicação

Arthur José Jacon Matias

Diretor de Assuntos Institucionais

CONSELHO FISCAL

Titulares

Bruno Barra Gomes

Marinho Borges de Carvalho

Robertson Alves Mesquita

Suplentes

Clínio Xavier Cordeiro

Geibson Cândido Martins Rezende

Vinícius Marçal Vieira

JORNALISTA

Marília Costa e Silva

DESIGN GRÁFICO

A.L. Marketing & Design

aldesigngrafico@yahoo.com.br

(62) 9105-3653

DESIGNERS

Alessandro Carrijo

Luciana Fernandes

Fotografia

Moraes

Nesta edição

Subsídios

4

O Procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura, indefere pleitos da AGMP em favor dos promotores de justiça substitutos.

Artigo

6

A promotora de Justiça Melissa Sanchez Ita escreve sobre voluntarismo político.



9

Corregedoria

Tomaram posse, no último dia 22 de dezembro, os novos integrantes da Corregedoria do Ministério Público de Goiás.

SERVIÇOS DA AGMP

SAMP (Serviço de Assistência Médica aos Membros do Ministério Público)

Horário de atendimento: 8 às 18 horas

Secretárias: Viviane e Ivana

Fones: (62) 3274-3513

(62) 3285-6660 - Ramal 213

Fax: (62) 3251-3454

Consultas Médicas

Dr. Ildelfonso Teles Neto - 11 às 12 horas

Sede Social da AGMP

(Salão de festas, sauna, academia, quadra de esportes, auditório)

Fone: (62) 3285-6660 - Ramal 212

Tratar com Marta

Casa do Promotor

Fone: (62) 3251-5336

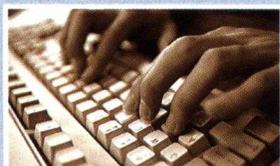
Reservas com Rose ou Marta:

Fone: (62) 3285-6660

ou pelo site www.agmp.org.br

www.agmp.org.br

Linha direta com o presidente



O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, possui e-mail e endereço de MSN exclusivos para falar diretamente com os associados.

O contato pode ser feito através dos endereço:

presidencia@agmp.org.br

www.twitter.com/presidenteagmp

EXPEDIENTE

Tempo de reflexão

Colegas,

Estamos próximos a mais uma votação para a formação da lista tríplice de candidatos a Procurador-Geral de Justiça, que será encaminhada ao Governador do Estado para a nomeação daquele que chefiará a instituição no biênio 2011/13.

Vivemos uma instituição com forte conteúdo participativo, em que cabe à classe influir decisivamente na formação do Conselho Superior do Ministério Público e na escolha do Procurador-Geral de Justiça. Além disso, cabe ao Colégio de Procuradores, também por eleição a escolha do Corregedor-Geral e do Ouvidor.

Nesta edição, apresentamos os três candidatos, currículos e propostas principais.

Reconhecemos nos colegas Benedito Torres Neto, Ana Cristina Ribeiro Peternella França e Umberto Machado de Oliveira um compromisso de fazer o melhor pelo Ministério Público goiano. A história profissional de cada um os credenciou para a submissão de seus nomes ao crivo de seus pares. A própria iniciativa da candidatura já deve ser louvada, uma vez que favorece o debate de idéias tão necessário à nossa instituição.

Portanto, a nós, colegas e eleitores, cabe uma reflexão serena sobre o que queremos e esperamos para o nosso Ministério Público, cientes da responsabilidade de fazer valer o mandato constitucional que nos foi outorgado pelo art.127 da Carta Magna.

Independentemente da escolha pessoal de cada um, todos somos Ministério Público e aspiramos que o Procurador-Geral de Justiça exerça a representação da Instituição de maneira plena, fazendo valer o protagonismo do Ministério Público nas grandes questões de interesse social e que encarne o espírito de um Ministério Público forte, aguerrido, independente e moderno. Por outro lado, que coloque sua administração alinhada com as necessidades e interesses da classe que o escolheu.

Assim, a AGMP deseja que o debate entre os candidatos e os colegas seja profícuo, e que ajude a cada um a decidir o que entende que seja melhor para o Ministério Público goiano.

Dia 18 de fevereiro é dia de exercer a democracia. Que ela seja a maior vitoriosa!

Um fraterno abraço a todos.

Lauro Machado Nogueira
Presidente da AGMP

(em pauta)...

PGJ indefere pedido da AGMP sobre subsídios dos promotores substitutos

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon Moura, indeferiu, em 6 de dezembro, requerimento feito pela AGMP para que fosse procedida a complementação dos subsídios dos promotores de Justiça substitutos que respondem ou que responderam temporariamente pela titularidade de Promotorias de Justiça. A justificativa é que inexistente previsão legal para o caso e que tanto a decisão do CNJ, quanto a do TJ-GO que autorizaram o pagamento aos juízes goianos, são inconstitucionais.

A AGMP, no entanto, tomará todas as medidas cabíveis, especialmente no âmbito do CNMP, no sentido de preservar a simetria vencimental com a magistratura goiana, e garantir o devido direito aos promotores de justiça substitutos, por ora negado pela

administração superior do MP de Goiás. Para a associação, "inexistente razão para negar aos promotores substitutos a percepção de igual vantagem, mormente se se considerar o princípio da paridade remuneratória entre membros do MP e magistratura".

ACUMULO DE FUNÇÃO

O PJG também determinou, em 6 de dezembro, o sobrestamento, até o término do vigente mandato, do pedido de elaboração de projeto de lei feito pela AGMP, em 19 de março, contemplando previsão remuneratória para membros da carreira do MP que acumulem o exercício de cargos na instituição na mesma comarca e em outras de entrância inferior a quem ocupam, no exercício de substituição automática, eventual e outros afastamentos.

Conamp espera compromisso de Dilma Rousseff com discurso da vitória

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., enviou ofício à presidente da República Dilma Rousseff, com cumprimentos pela vitória nas urnas. O documento ressalta também a expectativa dos integrantes do Ministério Público com o compromisso dela com as promessas feitas em seu discurso, após o resultado da eleição.

Dilma garantiu que a transparência na administração pública será prioridade em sua gestão e que, para tal, os órgãos de fiscalização e controle trabalharão com independência, sem viés político. No ofício, César Mattar Jr. diz que os promotores e procuradores de todo o país esperam o cumprimento desse compromisso. "Os cerca de 14 mil membros do MP dos Estados, do Distrito Federal e do ramo Militar, congratulam-se com Vossa Excelência em razão da retumbante vitória nas urnas, certos de que o discurso da vitória, com sabedoria tecido, dará a tônica de uma profícua gestão, que prestigiará, inclusive, os órgãos externos de controle, muito particularmente o MP"



PEC institui eleição direta para PGJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, em novembro, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 31 de 2009, que institui a eleição direta para a escolha dos Procuradores-Gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal. A matéria foi apresentada pelo ex-senador Expedito Junior (PR-RO).

Hoje, os PGJ's são escolhidos pelos chefes do Executivo, que recebem lista tríplice com os candidatos ao cargo, eleitos pelos integrantes dos Ministérios Públicos. Pela Constituição, qualquer um dos integrantes da lista pode ser nomeado, independentemente da colocação. A PEC 31/09 dá nova redação ao parágrafo 3º, do artigo 128, da carta magna, determinando que o chefe do Executivo deverá nomear para PGJ o candidato mais votado na lista tríplice.

Mais de 60 mil inquéritos de homicídio pendentes

Existem hoje no Brasil pelo menos 60.442 inquéritos relativos a homicídios instaurados antes de 31 de dezembro de 2007 ainda sem conclusão. É o que revela levantamento realizado pelas unidades do Ministério Público e coordenado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Os inquéritos serão concluídos até julho deste ano, segundo meta da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). Os dados são relativos a 20 estados, incluindo Goiás.

Senado mantém cargos vitalícios para ministros de tribunais superiores

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal rejeitou, no dia 17 de dezembro, a PEC 39/03, de iniciativa da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que pretendia alterar o sistema de composição dos tribunais, para pôr fim à vitaliciedade de desembargadores e ministros dos tribunais superiores, estabelecendo mandatos com prazo determinado para estes cargos.

O relator, senador Demóstenes

Torres (DEM-GO), apresentou o parecer contrário argumentando não ser possível nem conveniente - pelos termos da Constituição - estabelecer mandato temporário para esses cargos. Ressaltou, ainda, que além de acabar com a vitaliciedade dos juízes, uma prerrogativa constitucional, a proposta falharia ao mexer na organização dos tribunais sem disciplinar seu funcionamento pela nova regra.

Depoimento sem dano será prioridade do Conselho Nacional do MP

A conselheira Sandra Lia Simón, presidente da Comissão de Infância e Juventude do CNMP, participou, no dia 5 de novembro, do Colóquio Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes e o Sistema de Justiça Brasileiro. Palestrante no painel Organização Judiciária para Instrução e Julgamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, ela

afirmou que a Comissão do CNMP irá atuar para implementar o depoimento especial de crianças e adolescentes em todo o Brasil. "Discutiremos com os promotores e no âmbito da Comissão formas de tornar realidade o depoimento sem dano, seja por meio de recomendação, resolução ou outro instrumento aprovado pelo Plenário do CNMP", disse ela.

Resolução do CNMP cria tabelas unificadas para o Ministério Público

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, no dia 1º de dezembro, resolução que cria as Tabelas Unificadas do Ministério Público. O objetivo da regra é a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processual judicial/extrajudicial, nas unidades do Ministério Público da União e dos Estados.

Com a decisão, as unidades deverão adequar seus sistemas internos e concluir a implantação das Tabelas Unificadas do Ministério Público até 31 de

dezembro de 2011. Todos os feitos, judiciais e extrajudiciais, com tramitação nas unidades do Ministério Público deverão ser cadastrados de acordo com as tabelas unificadas de classes, assuntos e movimentos. "A adoção das tabelas unificadas independe de integração ou unificação de sistemas informatizados ou bases de dados. Trata-se, apenas, de importação destas novas tabelas para os sistemas e bases já existentes ou que venham a ser implantados", explica a conselheira Taís Ferraz, relatora da proposta.

Promotor lança blog contra drogas

Com o objetivo de orientar crianças, adolescentes,



pais, educadores e comunidade em geral sobre os malefícios do uso de drogas, o promotor de Justiça Maurício Gebrim publicou blog na internet com conteúdo didático e informativo sobre o assunto.

No vianopoliscd.blogspot.com, o internauta encontra dicas diversas, telefones úteis e relação de locais para tratamento de drogadição em Goiás, legislação sobre o tema, cartilhas educativas, além de link para o portal do Ministério Público e outras instituições e entidades

MP pode pleitear em ações sobre DPVAT

O Supremo Tribunal Federal (STF) comunicou à Procuradoria-Geral de Justiça de Goiás, no dia 28 de dezembro, decisão daquele órgão, que reconhece a legitimidade do Ministério Público para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

Na decisão, o ministro Dias Toffoli conheceu do Agravo de Instrumento interposto pelo MP contra decisão do TJ-GO, dando provimento ao próprio recurso extraordinário para reconhecer a legitimidade ativa da instituição para a propositura da demanda.

O STF tem dado provimento a diversos agravos, determinando a respectiva conversão em Recurso Extraordinário, ainda que o STJ a tenha editado a Súmula 470 dispondo que o MP não teria legitimidade para pleitear em benefício do segurados do DPVAT.

VOLUNTARISMO POLÍTICO

O presente texto é apenas um olhar em construção sobre os elementos que compõem a identidade do Ministério Público, na busca por uma compreensão da essência institucional, a fim de reconhecer os pontos de partida e os objetivos possíveis da atuação ministerial.

Não concordo com a ideologia que parece prevalecer no Ministério Público brasileiro, sobretudo em Goiás, no sentido de que o Ministério Público Contemporâneo é principalmente um articulador de políticas públicas. Inicialmente, é necessário que se esclareça o sentido da palavra articulador, assim definida pelo Houaiss: 2. Diz-se de ou pessoa que articula, que estabelece contato, combinações etc. ETIM. lat. O que tem ou faz a relação ou a junção de elementos. Diferentemente, define-se fomentador: 2. Incitador, estimulador, incentivador.

É certo que o MP realiza atividade de fomento de políticas públicas e o faz principalmente por meio de instrumentos de coerção, ou recursos de poder, nas palavras da cientista política Maria Tereza Sadek. De fato, ao conferir ao MP a independência funcional, o inquérito civil, a ação civil pública, a ação penal, legitimidade geral para impetrar mandado de segurança, habeas corpus, e, ainda, sob protestos, a investigação criminal, a Constituição dotou a Instituição de parcela do poder estatal, caracterizado pelo monopólio da força.

Paralelamente, pode também o MP, com sucesso, provocar iniciativas de políticas públicas por meio da articulação política - que demanda adesão voluntária - e da estimulação da articulação social. Contudo, é preciso que se tenha em mente quais são os nossos recursos de poder e quais os seus limites. A novidade constitucional da Instituição é a legitimidade quase que exclusiva para a responsabilização no âmbito judicial e extrajudicial em defesa dos interesses transindividuais. Assim, admitindo-se que exista uma função institucional precípua, é esta a verdadeira vocação do MP. Embora mais distante das suas origens, recentemente, contudo, o Ministério Público despertou para o seu potencial de influenciar políticas públicas. Neste ponto, necessário reforçar a distinção terminológica: o MP não é um articulador, mas um instigador de políticas públicas; nossos meios são principalmente indiretos.

Não se trata de mero apego à semântica. Há alguns fortes indícios de que a mainstream institucional é caracterizada pela crença de que o Ministério Público pode controlar e equacionar problemas sociais que dependem, prioritariamente, de políticas públicas. O sintoma mais recente foi a criação do Centro de Apoio Operacional das Políticas Públicas. Outro exemplo é o objetivo estratégico da área criminal para 2010-2011: reduzir a criminalidade. Se não nos perdemos nos conceitos, objetivo estratégico é a meta do Ministério Público de Goiás para a área. É essencial à afirmação institucional, compreender quais os meios à disposição da Instituição para a obtenção da "redução da criminalidade", resultado que depende de políticas públicas maciças. Evidentemente, não dispõe o MP de recursos físicos, humanos e financeiros para projetar políticas públicas ou executá-las. Sabe-se que o detentor principal desta função é o Executivo, com a colaboração do Poder Legislativo. Afinal, qual a legitimidade democrática do Promotor de Justiça para definição, concepção e iniciativa de políticas públicas? Não deveria a escolha do eleitor recair sobre uma proposta de políticas públicas? Por outro lado, para contribuir timidamente para a redução da criminalidade, há algumas armas possíveis como o aumento do número de denúncias, a obediência aos prazos, inspeções em delegacias e presídios, zelo pela execução penal etc.

O MP pode e deve atuar extrajudicialmente como agente provocador e fiscalizador de políticas públicas. Para tanto, podemos eleger metas prioritárias de exigência de políticas públicas, desde que estas sejam passíveis de obtenção coercitiva na instância judicial, onde se localiza grande parte dos recursos de poder do MP. É neste contexto que as atividades de responsabilização e controle se amoldam perfeitamente ao modelo institucional.

De acordo com pesquisa da Transparência Internacional, realizada em 2010, sobre a percepção da corrupção, o Brasil, num total de 178 países, mereceu nota 3,7 e ocupa a 69ª. posição na lista, ficando ao lado de Cuba, Romênia e Montenegro. É muito provável que o alto índice de percepção esteja relacionado à impunidade cuja responsabilidade deve ser atribuída principalmente ao Judiciário e ao Ministério Público. A imprensa e a sociedade já identificaram que a Instituição exerce função crucial no combate à corrupção, de modo que o MP responde pela (in)efetividade do sistema.

Será o articulador de políticas públicas o Ministério Público Social revisitado? No site do MP de Pernambuco, que se autointitula Ministério Público Social, encontra-se o seguinte texto de Roberto Lyra de 1952: Idealizo a transformação do Ministério Público em Ministério Social. (...) Os privilégios, os pesos e medidas desiguais são inconstitucionais. Assim, o Ministério Público evoluiria para assumir a responsabilidade daquilo que é mais significativo na ordem jurídica - a paz social pela justiça social, tarefa máxima na democracia na atual conjuntura da humanidade. O Ministério Público Social procurará dar a cada um o que é seu, mas, sobretudo, acudir a quem nada tem de seu, a quem quer, mas não pode viver honestamente, a quem, apesar de tudo, não prejudica ninguém. (...) Um Ministério Público Social promoverá a justiça social, cuidará dele e não só de uma justiça pública, estatal, oficial. A ordem jurídica seria adaptada aos dramas contemporâneos. A primazia nos benefícios pertenceria aos mais necessitados.

O Ministério Público Social, responsável pela justiça social, e a sua atuação afirmativa no sentido da construção da cidadania merecem uma releitura à luz das reais dimensões institucionais do Ministério Público.

Segundo pesquisa realizada por Rogério B. Arantes com membros do MP, existe uma visão muito cética e pessimista em relação às instituições políticas e uma valorização das instituições de justiça como principais responsáveis, bem mais do que as primeiras, pelo alargamento e consolidação dos direitos coletivos no Brasil. Tal percepção conduz a tentativas de contornar a esfera política. O citado autor denomina esta ideologia de "voluntarismo político". Seus elementos principais seriam: 1. uma avaliação pessimista da capacidade da sociedade civil de se defender autonomamente (hipossuficiente, no jargão jurídico); 2. uma avaliação pessimista dos poderes político-representativos, que estariam corrompidos e/ou incapazes de cumprir suas funções e 3. Frente a essa contradição, uma idealização do papel político do MP, de representar essa sociedade incapaz (embora sem mandato explícito e sem mecanismos de accountability), frente a governos ineptos, que não garantem o enforcement da lei.

Assim, partindo-se da premissa de que o caminho mais seguro para a democracia é o fortalecimento das instituições, as tentativas de afastar e negar a política, apropriando-se da função de articulador de políticas públicas, podem representar um grave erro na trajetória de consolidação do MP, a quem, no contexto do sistema político brasileiro, cumpre, primordialmente, o controle da legalidade e a responsabilização.

(Ponto de Vista)



Melissa Sanchez Ita
Promotora de Justiça

³ ARANTES, Rogério B. Ministério Público na Fronteira entre a Justiça e Política. São Paulo: Justitia, 2007, vol. 197, p. 325-335

Eleição para

PGJ

O Ministério Público de Goiás realiza eleição, no próximo dia 18 de fevereiro, para a formação da lista tríplice que será encaminhada ao governador do Estado Marconi Perillo para a nomeação do novo procurador-geral de Justiça do Estado. Três candidaturas foram registradas até o último dia 28 de janeiro para disputar a eleição, que será realizada das 8 às 17 horas, na sala do Colégio de Procuradores de Justiça (sala 201 – 2º andar do edifício-sede do MP). São elas as dos procuradores de Justiça Benedito Torres Neto e Ana Cristina Ribeiro Peternella França e do promotor de Justiça Umberto Machado de Oliveira.

A definição dos três nomes é feita por meio do voto secreto de todos os promotores e procuradores de Justiça em atividade na carreira. Na maioria das vezes, em Goiás, o chefe do Executivo tem optado por nomear como PGJ o candidato mais votado da lista tríplice formada pelos integrantes do MP. Como foram três os candidatos inscritos, a lista já está formada, contudo a eleição terá objetivo de demonstrar aquele que terá maior apoio da classe.

O mandato do procurador-geral de Justiça é de dois anos, permitida uma recondução. Podem concorrer ao cargo todos os integrantes do Ministério Público em atividade, incluindo promotores de Justiça. Em Goiás, a Lei Complementar nº 05/91, que normatizou a formação da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça, já permite desde 1991 a participação de promotores de Justiça no pleito. O primeiro promotor de Justiça eleito para o cargo em Goiás foi Adão Bonfim Bezerra, que cumpriu mandato entre os anos de 91 a 93.

BENEDITO TORRES NETO

Data de nascimento: 11/07/1963,
em Anicuns

Graduação: Universidade Católica de Goiás (UCG), em 1987.

Ingresso no MP: 13/08/1990

Promotorias: Joviânia, Cristalina e Itaberaí; em 2002, foi promovido a procurador de Justiça.

Propostas principais: Valorização do promotor de Justiça e da atividade-fim; discussão e criação de mecanismos de movimentação na carreira; e instituição do projeto *PGJ Presente*, que levará a estrutura da instituição até as cidades pólos para ouvir e tentar solucionar problemas enfrentados pelos promotores da região.



ANA CRISTINA RIBEIRO

PETERNELLA FRANÇA

Data de nascimento: 15/03/1967,
em Morrinhos.

Graduação: Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1987.

Ingresso no MP: abril de 1989

Promotorias: Fazenda Nova, Israelândia, Niquelândia, Formosa, Alvorada do Norte, Formosa Alvorada do Norte, Itaberaí, Itauçu e Itapuranga. Foi promovida a procuradora de Justiça em setembro de 1995.

Propostas principais: Fornecer os instrumentos e o apoio necessários a promotores e procuradores de Justiça capazes de transformar a realidade social, por meio do trabalho árduo e diuturno; e valorizar e potencializar as capacidades e habilidades de cada membro do MP.



UMBERTO MACHADO DE OLIVEIRA

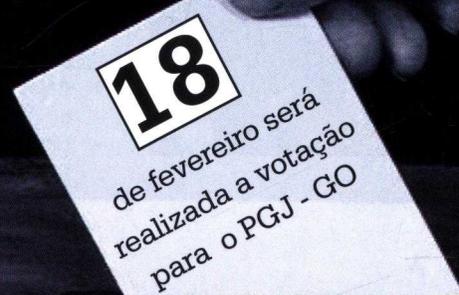
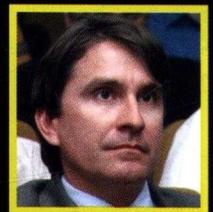
Data da nascimento: 30/06/1966,
em Goiânia.

Graduação: Universidade Federal de Goiás, em 1988.

Ingresso no MP: 11/02/1992

Promotorias: Fazenda Nova, Edéia, Acreuna, Nerópolis, Posse, Rubiataba, Goiânia.

Propostas principais: Incrementar de forma geral o combate à corrupção no Estado.



Empossados membros do Conselho Superior do MP

Em sessão solene realizada na tarde do dia 22 de dezembro, o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Goiás empossou os novos integrantes do Conselho Superior do MP. São eles os procuradores Laura Maria Ferreira Bueno, Edison Miguel da Silva Júnior, Yara Alves Ferreira e Silva, Osvaldo Nascente Borges e Waldir Lara Cardoso. Eles terão como suplentes os procuradores Rodolfo Pereira Lima Júnior, José Carlos Mendonça, Pedro Tavares Filho, Leonidas Bueno Brito e Orlandina Brito Pereira. Os novos componentes do Conselho foram escolhidos em votação realizada entre promotores e procuradores de

“Aqui, esta é nossa família, por certo, com suas afinidades e diferenças, mas sempre unidos ao final na defesa de nossa instituição”

Laura Bueno
Procuradora

justiça no dia 14.

Falando em nome dos conselheiros empossados, a procuradora Laura Bueno, numa analogia com as comemorações natalinas, destacou que a solenidade

de posse da do Conselho Superior é um “motivo de festa” para o MP. “Aqui, esta é nossa família, por certo, com suas afinidades e diferenças, mas sempre unidos ao final na defesa de nossa instituição”, comparou.

Lembrando a característica de contínua mudança do CSMP, pela renovação anual de sua composição, a procuradora pontuou o dinamismo e caráter coletivo da atuação do órgão. Laura Bueno também assinalou o compromisso que todos assumiam naquele momento simbólico: o de muito trabalho na apreciação de todas as questões a serem dirimidas no Conselho Superior.



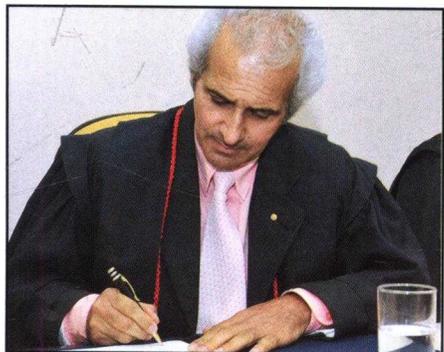
LAURA MARIA FERREIRA BUENO



EDISON MIGUEL DA SILVA JR.



OSWALDO NASCENTE BORGES



WALDIR LARA CARDOSO



YARA ALVES FERREIRA E SILVA

Aylton Vechi assume Corregedoria

Geral do MP

O Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Goiás empossou Aylton Flávio Vechi no cargo de corregedor-geral da instituição, na seção do último dia 22 de dezembro. Pedro Alexandre da Rocha Coelho assumiu como corregedor-geral substituto. Eles foram eleitos pelo Colégio no dia 14 de dezembro para o comando da instituição no biênio 2011/2012. O presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, esteve presente na solenidade.

Durante seu discurso de posse, Aylton agradeceu a confiança dos membros do Colégio de Procuradores por sua eleição para o comando da Corregedoria, salientando estar ciente da gravidade da missão que lhe foi confiada, mas ressaltou sua satisfação de poder servir mais uma vez a instituição a que pertence.

“Explorar todas as potencialidades do órgão que assumo em favor da construção de uma instituição que realmente trabalhe em prol da sociedade torna-se, a partir de agora, objetivo indissociável e permanente de nossas ações”, afirmou o procurador. Para isso, reforçou, o esforço estará voltado em garantir aos membros do MP os instrumentos necessários ao cumprimento dessa missão.

Também vão integrar a equipe da Corregedoria:

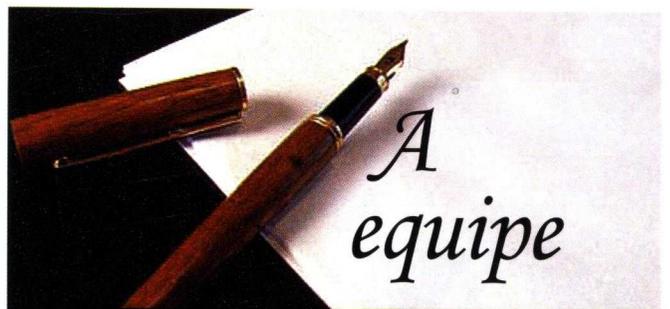
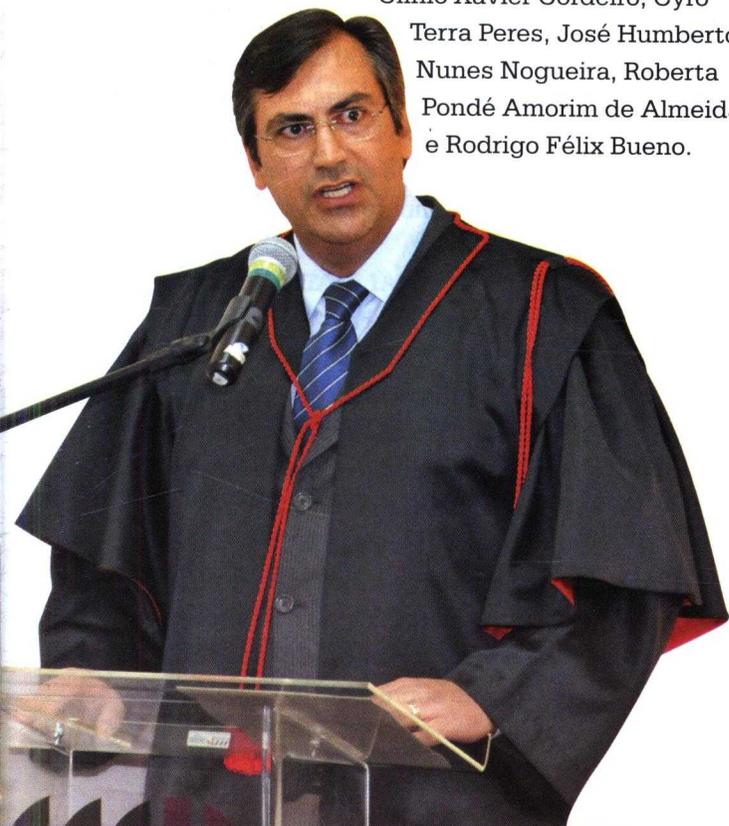
Clínio Xavier Cordeiro, Cyro

Terra Peres, José Humberto

Nunes Nogueira, Roberta

Pondé Amorim de Almeida

e Rodrigo Félix Bueno.



AYLTON FLÁVIO VECHI

Natural de Sorocaba-SP, formado em dezembro de 1989 pela Faculdade de Direito de Bauru. Ingressou no MP em agosto de 1990, como titular da Promotoria de Alvorada do Norte. Também atuou em Formosa, Planaltina, Rialma, Ceres, Itapaci, Crixás, Rubiataba, Rio Verde, Bom Jesus, Itumbiara e Goiânia e perante as Turmas Julgadoras Cíveis e Criminais com sede em Itumbiara (1996), sendo promovido a Procurador de Justiça em 1998.

PEDRO ALEXANDRE DA ROCHA COELHO

Natural de Bauru-SP, formado em julho de 1984 pela Faculdade de Direito de Bauru. Ingressou no MP em dezembro de 1985, como titular da Promotoria de São Domingos. Também atuou em Cristalina, Itaguatins e Filadélfia (hoje Tocantins), Rio Verde, Mineiros, Morrinhos, Itapaci e Jataí. Foi promovido a Procurador de Justiça em outubro de 2003. Eleito Ouvidor Substituto do MP, em março de 2009, ocupa o cargo até a presente data.

JOSÉ HUMBERTO NUNES NOGUEIRA

Natural de Patos de Minas (MG), formado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em dezembro de 1990. Ingressou no MP em 1992. Foi titular das Promotorias de Justiça de Itajá, Panamá, Goiandira e Bom Jesus de Goiás, até que, em 1999, foi promovido para a comarca de Goiânia.

CLÍNIO XAVIER CORDEIRO

Natural de Morada Nova-MG, formado em julho de 1992 pela Universidade Federal de Uberlândia. Ingressou no MP em agosto de 1995, quando foi designado Promotor Substituto de Rubiataba e Itapaci. Atuou ainda em Caçu, Cachoeira Alta, Burity Alegre e Posse, até ser promovido para Goiânia, em março de 1998.

CYRO TERRA PERES

Natural de Bebedouro-SP, formado em dezembro de 1994 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ingressou no MP em agosto de 1995, quando foi designado para atuar como Promotor Substituto em Rio Verde. Foi titular em Mozarlândia, Ivolândia e Rubiataba. Foi promovido, em junho de 2007, para a Goiânia. Integrou a Diretoria Executiva da AGMP, no biênio 2004/2006.

RODRIGO FÉLIX BUENO

Natural de Bauru-SP, formado em dezembro de 1993 pela Faculdade de Direito de Bauru. Ingressou no MP em agosto de 1995, quando foi designado para atuar como Promotor Substituto em auxílio à Procuradoria de Justiça Especializada em crimes praticados por Prefeitos. Foi titular em Barro Alto e de Santa Cruz de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Itaberai e Aparecida de Goiânia, até ser promovido para Goiânia.

ROBERTA PONDÉ AMORIM DE ALMEIDA

Natural de Trindade - GO, formada em julho de 1992 pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Goiás (atual PUC/GO). Ingressou no MP em agosto de 1995, quando foi designada para atuar como Promotora Substituta em Goiânia. Foi titular em Vianópolis, Padre Bernardo, Pontalina e Trindade até ser promovida, em abril de 2007, para Goiânia. Integrou a Diretoria Executiva da AGMP no biênio 2004/2006.



Membros do Ministério Público durante a final do congresso realizado em Bonito, no Mato-grosso do Sul

Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste

A Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), a Associação Mato-Grossense do Ministério Público (AMMP) e a Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público (ASMMP), em parceria com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), realizaram, em novembro, o IX Congresso do Ministério Público do Centro-Oeste. Integração e Eficiência: Desafios para o Ministério Público foi o tema central do evento, promovido entre os dias 25 e 27, na cidade de Bonito (MS), no hotel Zagaia Eco Resort.

O evento reuniu mais de 200 membros do Ministério Público de todo o País, entre procuradores e promotores de Justiça com o objetivo de debater e trocar informações sobre a atuação do MP e os novos caminhos da instituição. A abertura contou com as participações da Banda Municipal Som das Águas e com apresentações culturais das

“O Congresso foi mais uma oportunidade de conagração entre os MPs do Centro-Oeste e de debate institucional de alto nível.”

Lauro Machado Nogueira
Presidente da AGMP

crianças do projeto Arte Para Todos.

O congresso contou com a presença de palestrantes como o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, o corregedor nacional do Ministério Público, Sandro Neis, e o membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Cláudio Barros, entre outros integrantes do MP e do Poder Judiciário.

A abertura solene do evento aconteceu no dia 25, às 19 horas, com a palestra inaugural do PGR. No dia 26, foi realizada, paralelamente às atividades do congresso, a reunião do Conselho Deliberativo da Conamp. O evento foi encerrado com a palestra Os

Desafios do Ministério Público, do presidente da Conamp, César Mattar Jr., e dos integrantes do CNMP Sandro Neis e Cláudio Barros.

Para o presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, que esteve presente no evento, o congresso foi de alto nível. “Conseguimos promover a integração entre todos os ramos do MP, principalmente com o procurador-geral da República, que participou do evento e discutiu questões do MP na reunião da Conamp que aconteceu paralelamente ao evento”, afirmou.

REALIDADE GOIANA

O promotor de Justiça goiano Haroldo Caetano da Silva, que atua na área de execuções penais, também proferiu palestra durante o Congresso. Ele apresentou aos colegas o tema Medidas de Segurança e Reforma Psiquiátrica. O promotor de justiça Tito Amaral também participou de forma efetiva do evento, compondo mesa de debate sobre o MP e o Legislativo.

Goianos integram comissões de sindicância do CNMP

O promotor de Justiça de Catalão e secretário-geral da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Mário Henrique Caixeta, foi designado pelo Corregedor Nacional do CNMP, Sandro Neis para compor comissão de sindicância para apuração de fatos praticados por promotores de justiça do MP do Amazonas. Os trabalhos foram realizados em Manaus, de 16 a 21 de janeiro de 2011.

O promotor goiano Arnaldo Machado do Prado também presidiu, em agosto do ano passado, duas sindicâncias instauradas para apurar fatos detectados em inspeção realizadas pela Corregedoria do Conselho Nacional do MP no Piauí. A designação foi

feita pelo corregedor nacional Sandro Neis.

Além de conhecer as estruturas física e de recursos humanos das unidades visitadas, o promotor e uma equipe formada pelo CNMP inspecionaram aspectos relacionados ao cumprimento das determinações constitucionais, legais e das resoluções do CNMP, como residência na comarca, limites para exercício do magistério e da advocacia, e observância dos prazos processuais.

A inspeção buscou não apenas detectar eventuais inadequações disciplinares e administrativas, como também mapear práticas inovadoras e capazes de colaborar para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo MP à sociedade.



MÁRIO HENRIQUE CAIXETA



ARNALDO MACHADO PRADO

Lauro Nogueira participa da final do Prêmio Innovare 2010

Os vencedores da 7ª edição do Prêmio Innovare foram conhecidos no último dia 3 de dezembro. O presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) e 2º Vice-Presidente da Conamp, Lauro Machado Nogueira, ajudou na escolha das práticas finalistas à premiação de 2010. Ele representou, no evento, a Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp), que integra o Conselho Superior do Prêmio Innovare, responsável pela definição das principais diretrizes do prêmio.

A premiação identifica e dissemina práticas pioneiras bem-sucedidas e que estejam contribuindo para a modernização, desburocratização, melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da Justiça. O Programa de Atenção

Integral ao Louco Infrator (Paili), idealizado pelo promotor de Justiça goiano Haroldo Caetano da Silva, foi um dos cinco vencedores do Prêmio Innovare do ano passado. O Paili tem garantido mudança no tratamento dado ao portador de distúrbios mentais que comete um crime, o louco infrator.

Concorreram ao prêmio de 2010 membros do Ministério Público, magistrados, defensores públicos e advogados. Os primeiros colocados em cada uma das cinco categorias receberam R\$ 50 mil. Além disso, os trabalhos premiados foram incluídos no banco de dados e no site do Instituto Innovare e ainda publicados na coleção de livros A Reforma Silenciosa da Justiça.

O promotor de Justiça em Minas

Gerais Luciano Luz Badini Martins foi o vencedor do VII Prêmio Innovare, na categoria Ministério Público. Autor da prática "Reorganização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais para a Atuação por Bacia Hidrográfica e para Proteção do Meio Ambiente", ele recebeu premiação, em cerimônia realizada em Brasília, na sede do Supremo Tribunal Federal (STF).

Já advogado goiano Eduardo Ribas Kruehl foi homenageado na categoria Advocacia, com a prática Inclusão Digital para Advogados e Operadores do Direito. Trata-se de um treinamento em larga escala para advogados privados ou públicos e estudantes de direito, podendo ser estendido aos demais operadores do direito sobre os sistemas informatizados de uso do Projudi.

AGMP inova na festa

de fim de ano

Uma grande festa de confraternização de fim ano foi promovida pela Diretoria da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) no último dia 11 de dezembro. Realizada na sede social da entidade, no setor Bueno, a partir das 9 horas, os festejos, que foram animados pelo VJ Patrick, de Brasília, contaram com a participação de cerca de 660 pessoas. Ao som de muita música e um delicioso jantar, promotores, procuradores de Justiça e convidados dançaram muito e se divertiram até de madrugada.

A Diretoria da AGMP inovou na decoração, privilegiando os participantes com um ambiente moderno e arrojado, que não deixou de lado também o charme necessário para atrair a atenção de todos. No salão de festas, por exemplo, foi montada uma boate, com mesas ao fundo e open bar completo. A área externa do clube e a piscina também mereceram atenção especial, recebendo tendas e muitas luzes.





Confraternização

A Diretoria da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) promoveu, no último dia 5 de novembro, a tradicional confraternização dos aposentados. O evento, que reuniu boa parte dos membros do MP, familiares e seus convidados, a partir das 19 horas, na sede da entidade, no setor Bueno, em Goiânia, foi muito animada. A noite foi marcada por reencontros e muita descontração entre procuradores e promotores de Justiça aposentados.

Para a festa, a diretoria da AMP preparou um agradável happy hour, acompanhado de música ao vivo, seguido de um delicioso jantar. Também não faltou agitação para os que gostam de dançar.

Para os associados presentes foi sorteada um pacote de viagem com direito a acompanhante para o Resort Vila Galé Guarajuba, na Bahia, entre os dias 5 e 10 de dezembro. A sorteada foi a procuradora de Justiça aposentada Laline Moreira dos Santos.



diversão alegria agito

Colônia de férias

Muito agito e diversão marcaram a 16ª edição da Colônia de Férias da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP). As brincadeiras e atividades recreativas aconteceram durante todo o dia, na sede da entidade, no setor Bueno. Promovido entre os dias 10 e 14 de janeiro, o evento foi dividido por faixa etária. A programação incluiu jogos, brincadeiras, sessões de cinema, acampamento, viagem ao Hot Park, na cidade de Rio Quente, esportes, caça ao tesouro e festival de sorvete.



ANIVERSARIANTES

FEVEREIRO

MARCIO DO NASCIMENTO	02
JOSE ANTONIO DE SA	07
MARCELO CELESTINO DE SANTANA	07
ANGELA CRISTINA DOS SANTOS	08
TEREZINHA DE JESUS PAULA SOUSA	08
ARIO AUGUSTO DE BRITO	10
EVARISTO ANANIA DE PAULA	10
MAURICIO JOSE NARDINI	10
NORMA BRANCO FERREIRA DA SILVA	11
SILVIA MARIA APOSTOLICO ALVES REIS	11
VILANIR DE ALENCAR CAMAPUM Jr.	13
VILLIS MARRA GOMES PINHEIRO	14
ARQUIMEDES DE QUEIROZ BARBOSA	15
MARIA GERALDA LIMA E SILVA	18
WALMIR MARTINEZ SANCHES	18
MYRTHES DE ALMEIDA GUERRA M.	19
FLORACY GOMIDE BARREIRA	20
RODRIGO FELIX BUENO	20
LUIZ CLAUDIO VEIGA BRAGA	21
CARLOS VINICIUS ALVES RIBEIRO	22
ELVIO VICENTE DA SILVA	22
FERNANDO GOMES ROSA	22
ABRAO AMISY NETO	23
MARIS AMADO TEIXEIRA DE MOURA	23
DEUSIVONE CAMPELO SOARES	24
LIANA ANTUNES VIEIRA TORMIN	24
BRAZ GONTIJO DA SILVA	25
CLAUDIA MARIA ROJAS DE CARVALHO	26
RUTH PEREIRA GOMES	26
MARIA DE FATIMA SIMAO	27
VANUSA DE ARAUJO LOPES ANDRADE	28

MARÇO

MARCIA CRISTINA PERES	01
MARCUS ANTONIO FERREIRA ALVES	03
MARIVANIA PALMEIRA DE O. FERES	04
ARNALDO MACHADO DO PRADO	05
JOAO CLAUDINO FERNANDES NETO	05
LIVIA AUGUSTA GOMES MACHADO	05
RAFAEL DE PINA CABRAL	07
PATRICIA TEIXEIRA G. GIMENES	08
SERGIO GUIMARAES DE MELO	08
ARIETE CRISTINA RODRIGUES VALE	09
EDINA MAMARE DE MELO	09
ROGERIO AUGUSTO DE A. LEITE	09
SANDRA MONTEIRO DE O. LIMA	09
VALDEMES RIBEIRO DE MENEZES	09
JOSE SOCRATES GOMES PINTO	10
KARINA GOMES E SILVA	10
ELIETE SOUSA FONSECA SUAVINHA	11
EUDES DE AZEVEDO MACHADO	11
LIVERTINO TEIXEIRA CAVALCANTE	11
MARCO ANTONIO M. DE ARAUJO	11
MOZART BRUM SILVA	12
MARCELO FARIA DA COSTA LIMA	14
ANA CRISTINA RIBEIRO P FRANÇA	15
MARIA ELEIDE FREIRE DE MENEZES	15
ORLANDINA BRITO PEREIRA	15
SANDRA MARA GARBELINI	15
VINICIUS MARCAL VIEIRA	15
ELISEU JOSE TAVEIRA VIEIRA	16
JOAO TELES DE MOURA NETO	17
WILSON NUNES LUCIO	17
DANIEL DE FREITAS	18
ELIANE FERREIRA FAVARO	18
JOSE ALVES PEREIRA	19
JOSE ANTONIO CORREA T.	19
JOSE EDUARDO VEIGA BRAGA	19
MARIA JOSE PERILLO FLEURY	19
LEA VELOSO BONIFACIO DE A.	20
LUCIENE MARIA SILVA OLIVEIRA	22
MARCIA SOUZA DE ALMEIDA	22
MARIANA PIRES PAULA	22
ANA ALELUIA DE VELASCO P.	26
ILKA DUARTE GUIMARAES	26
IRMA PFRIMER OLIVEIRA	27
ROSEMAR GOMES	27
RICARDO RANGEL DE ANDRADE	28
BRANCA AGUIAR DRUMOND	29
CLAUDINE MARIA A. MANSUR LAGO	29
JOSE CESAR NAVES DE LIMA JUNIOR	29
MARIA INEZ DE AQUINO TORMIM	29
ANDREIA DE BRITO RODRIGUES	30

(Brevíssimas)

Livro sobre ativismo judicial

Foi realizado, no dia 7 de dezembro, na sede da AGMP, a partir das 19 horas, o lançamento do livro *Ativismo Judicial*. Trazendo uma coletânea de artigos sobre o tema, a obra é coordenada pelo promotor de Justiça Umberto Machado de Oliveira, que atua na área de defesa do patrimônio público em Goiânia, e pelo advogado Leonardo Fernandes dos Anjos. A publicação é da Editora Juruá.

Promotor é Cidadão Vilaboense

O promotor de Justiça Edivar da Costa Muniz, titular da 1ª Promotoria de Goiás, recebeu, no dia 17 de dezembro, o Título de Cidadão Vilaboense. A homenagem foi realizada na Câmara Municipal da cidade.



Bodas de Diamante

O procurador de Justiça aposentado Anthenor Godoy e a mulher Nilza Carolina Salles Godoy comemoraram bodas de diamante no dia 12 de novembro. O casal, que completou 60 anos de casados, festejaram a data, no dia 13, com um jantar para amigos e familiares, no Hotel Quality Saint Paul, em São José do Rio Preto, em São Paulo.

AGMP sorteia passagens aéreas

No dia 17 de dezembro, durante a última reunião da Diretoria da AGMP do ano de 2010, foram sorteadas cinco passagens aéreas TAM (ida e volta para qualquer lugar do Brasil = 20.000 milhas). Os vencedores foram os Clayton Korb Jarczewski, Eduardo Correia Barbosa, Genoveva Nascente Ferreira da Silva, Karina Gomes e Silva e Villis Marra Gomes Pinheiro. O sorteio teve por objetivo o retorno, em forma de benefícios ao associado, das despesas feitas na administração da AGMP, já que as passagens serão custeadas com a milhagem obtida com as viagens feitas pelo presidente Lauro Machado Nogueira e com as despesas efetuadas no cartão de crédito da AGMP.

Medalha do Mérito Legislativo

A promotora de Justiça Andréia de Brito Rodrigues, da 76ª Promotoria de Justiça de Goiânia, recebeu, no dia 10 de dezembro, a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, em reconhecimento pela dedicação e empenho na defesa e promoção dos direitos humanos em Goiás. A comenda foi concedida na sessão solene promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado em comemoração pelos 62 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

■ O promotor de Justiça Luís Eduardo Barros Ferreira e a advogada Mayza Ferreira Rodrigues comemoram o nascimento do filho Marco Aurelio. O bebê nasceu no dia 19 de novembro, às 9h35, no Hospital da Mulher, em Goiânia, com 3,550 quilos e 51 centímetros.



■ O promotor de Justiça Lucas Danilo Vaz Costa Júnior celebra o nascimento da filha Mariana, com a mulher Elaine Cristina Roques Costa, ocorrido no último dia 19 de novembro. A bebê nasceu no Hospital Brasília com 3.020 quilos e 47 centímetros.



■ O promotor de Justiça Jales Guedes Coelho Mendonça e a advogada Iara Marina Mendonça festejam o nascimento da filha do casal. Melissa nasceu no último dia 19 de novembro, às 5h40, na Fêmeina Maternidade, em Goiânia.



■ A promotora de Justiça de Itapuranga, Patrícia Almeida Galvão, e o marido Carlos Antônio Custódio Júnior celebram o nascimento do filho Heitor Galvão Custódio. Ele nasceu no dia 27 de novembro de 2010, com 2.730 quilos, medindo 48,5 centímetros.



■ Helena de Lima Papa. Este é o nome da primeira filha do promotor de Justiça Ricardo Papa com a mulher Marissol Paiva Lima Papa. Ela nasceu no último dia 7 de janeiro, com 3.130 quilos e 48 centímetros, na Maternidade Amparo, em Goiânia.



■ Os promotores de Justiça Luís Guilherme Gimenes e Patrícia Teixeira Guimarães Gimenes anunciam o nascimento do segundo filho do casal. Bruno Guimarães Gimenes nasceu no dia 11 de janeiro, no Hospital da Mulher, em Goiânia, com 3,820 quilos e 50 centímetros.



Flashes

Confraternização de fim de ano

